Interference Journal ISSN 2009-3578

CIDADANIA EM SAÚDE: CONHECENDO E UTILIZANDO OS SERVIÇOS DO SUS

Ana Julia Sampaio[1], Ana Karolina Andrade[1], Eduarda Martins de Faria[2], Fernanda Longo[1], Leila Chevitarese[2], Mariane Freitas[1], Ricardo Ayala[1], Victoria Marques[1].

https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n2p540-550
Artigo recebido em 20 de Setembro e publicado em 29 de Outubro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um dos principais instrumentos de garantia do direito à saúde no Brasil, sendo fundamental para promoção da cidadania e do acesso universal aos serviços de saúde. Nesse contexto, o projeto teve como objetivo ampliar o conhecimento da população sobre o SUS, destacando seus princípios, formas de acesso e direitos dos usuários. Trata-se de uma ação extensionista, de caráter observacional, exploratório e com abordagem quantitativa, conduzida por acadêmicos do curso de medicina da Afya Universidade Unigranrio. A atividade foi realizada na Estratégia Saúde da Família Pilar 1, no Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Participaram da ação 25 moradores da comunidade, entre adultos e crianças. A intervenção foi estruturada em etapas que incluíram acolhimento, aplicação de pré-questionário, roda de conversa, palestra educativa, dinâmica interativa, distribuição de materiais informativos e aplicação de pós-questionário. Os resultados demonstraram que muitos participantes apresentavam conhecimento limitado sobre o funcionamento do SUS antes da intervenção, porém, após as atividades educativas, observou-se melhora significativa na compreensão acerca dos direitos em saúde e da utilização adequada dos serviços públicos. Conclui-se que ações de educação em saúde, desempenham importante papel no fortalecimento da cidadania, na aproximação entre comunidade e serviços de saúde e na formação acadêmica humanizada dos estudantes envolvidos.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, Educação em Saúde, Cidadania em Saúde, Atenção Primária à Saúde.

HEALTH CITIZENSHIP: UNDERSTANDING AND USING SUS SERVICES

ABSTRACT

The Brazilian Unified Health System (SUS) is one of the main instruments for guaranteeing the right to health in Brazil and is fundamental to promoting citizenship and universal access to health services. In this context, the project aimed to expand the population's knowledge of SUS, highlighting its principles, access pathways, and users' rights. This was an observational, exploratory university extension activity with a quantitative approach, conducted by medical students from Afya Universidade Unigranrio. The activity took place at the Pilar 1 Family Health Strategy facility in Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Twenty-five community residents, including adults and children, participated. The intervention comprised welcoming participants, administering a pre-intervention questionnaire, holding a discussion circle and an educational talk, conducting an interactive activity, distributing information materials, and administering a post-intervention questionnaire. The results showed that many participants had limited knowledge of how SUS operated before the intervention; following the educational activities, a significant improvement was observed in their understanding of health rights and the appropriate use of public services. It was concluded that health education activities play an important role in strengthening citizenship, bringing communities and health services closer together, and fostering humanistic education among the students involved.

Keywords: Unified Health System, Health Education, Health Citizenship, Primary Health Care.

Instituição afiliada – [1] Discentes e [2] docentes de PIEPE do curso de Medicina, Afya Universidade Unigranrio.

Autora correspondente: *Fernanda Longo* *fernandavitoriolongo15@gmail.com*

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que promove a articulação entre o ensino e a pesquisa, viabilizando uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade; nesse sentido, ela possibilita a troca de saberes acadêmicos e populares, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para a intervenção social qualificada, ao mesmo tempo em que atende às demandas da comunidade e fortalece o compromisso social da instituição de ensino superior (FORPROEX, 2012).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos mais completos do mundo, que visa promover de forma universal, gratuita e igualitária o acesso aos serviços de saúde brasileiro. É pelo SUS que milhões de pessoas têm acesso a consultas médicas, exames, vacinas e tratamentos que não conseguiriam arcar em hospitais particulares, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida da população. (Brasil, 1988, art. 198).

A saúde é reconhecida como um direito humano fundamental e um elemento essencial para o desenvolvimento social e a garantia da qualidade de vida da população. No Brasil, esse direito foi consolidado a partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de assegurar acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços de saúde para toda a população. Além disso, 0 SUS foi estruturado com base em princípios que incluem a participação social, a descentralização da gestão e a integralidade do cuidado, elementos considerados fundamentais para a democratização das políticas públicas de saúde (Brasil, 1988; Santos et al., 2017)

Nessa perspectiva, a cidadania em saúde está diretamente relacionada ao conhecimento da população sobre seus direitos e sobre o funcionamento do sistema público de saúde, bem como à capacidade de utilizar os serviços disponíveis de forma consciente e participativa. A literatura destaca que o SUS representa um importante avanço no campo das políticas sociais, pois ampliou acesso da população aos serviços de saúde e criou espaços institucionais de participação social, como os conselhos e conferências de saúde que permitem o envolvimento direto da sociedade na

formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de saúde (Paim et al., 2011)

Além disso, a participação comunitária na Atenção Primária à Saúde e na Estratégia Saúde da Família tem sido apontada como um importante instrumento para promover a democratização das políticas de saúde e fortalecer a relação entre serviços de saúde e comunidade. Nesse sentido, a construção de uma agenda compartilhada entre gestores, profissionais de saúde e população contribui para o desenvolvimento de territórios mais saudáveis e para a melhoria das condições de vida da sociedade (Cruz et al., 2025).

Outro aspecto relevante discutido na literatura refere-se à importância de disseminação de informações em saúde e da utilização de sistemas de informação como ferramentas estratégicas para subsidiar a tomada de decisões e fortalecer as políticas públicas de saúde. A disponibilização de dados e informações permite maior transparência na gestão do sistema e favorece o acompanhamento das ações e serviços de saúde por parte de sociedade e dos gestores (Brasil, 2022).

Nesse contexto, a discussão sobre cidadania em saúde e acesso aos serviços do SUS está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Também se relaciona com o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao promover o acesso equitativo aos serviços de saúde, e com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que incentiva a construção de instituições transparentes, participativas e responsáveis, incluindo a participação social na formulação de políticas públicas (Organização das Nações Unidas, 2015).

Dessa forma, fortalecer o conhecimento da população sobre o SUS e estimular sua participação nos processos de gestão da saúde contribui para o avanço dessas metas globais e para o desenvolvimento de sociedades mais justas, democráticas e saudáveis.

Diante desse cenário, este projeto dos estudantes de medicina do primeiro período da Unigranrio – Afya tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento da população sobre o SUS explicando de forma simples como o sistema

funciona e quais são os seus principais direitos. Dessa forma, busca-se incentivar o uso adequado dos serviços disponibilizados de maneira mais compreensiva.

Como objetivos secundários: Explicar o conceito de cidadania em saúde e sua relação com o direito ao acesso universal aos serviços do SUS, analisar e sanar as dificuldades encontradas pela população no acesso e na utilização dos serviços do SUS, e demonstrar como o cidadão pode usufruir de seus direitos, relacionados à saúde, pelo SUS.

METODOLOGIA

De acordo com o observado nas visitas à comunidade localizada na área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (ESF) Pilar 1, em Duque de Caxias-Rio de Janeiro, foi possível identificar uma precarização no acesso às informações relacionadas aos direitos dos cidadãos frente ao SUS. Observa-se que parte significativa da população apresenta dúvidas quanto ao funcionamento do sistema, às formas de acesso aos serviços e aos direitos garantidos no âmbito da saúde pública. Diante desse cenário, foram observadas necessidades à realização de ações educativas que colaborassem com a ampliação do conhecimento da população sobre cidadania em saúde e a utilização adequada dos serviços oferecidos pelo SUS.

Tratou-se de uma pesquisa observacional, exploratória, de campo, com abordagem quantitativa, desenvolvida por acadêmicos de medicina do primeiro período da Afya Universidade UNIGRANRIO. O presente projeto de extensão foi desenvolvido no dia 06 de maio de 2026, na parte externa na ESF, sendo executado por acadêmicos do primeiro período do curso de Medicina da Afya Universidade Unigranrio. A atividade foi realizada em duas etapas sequenciais, estruturadas com o objetivo de identificar o conhecimento prévio da população acerca do SUS, promovendo intervenção educativa e avaliando a aprendizagem dos participantes após a ação.

Inicialmente, foi realizado o acolhimento dos participantes pelos acadêmicos responsáveis pela execução do projeto, com apresentação da proposta da atividade e de seus objetivos. Após isso, foi aplicado um pré-questionário estruturado contendo perguntas objetivas relacionadas ao conhecimento prévio dos participantes sobre os direitos em saúde, formas de acesso aos serviços da atenção básica e funcionamento da

rede de atenção do SUS. Essa etapa teve como finalidade identificar o nível inicial de compreensão dos usuários acerca dos serviços ofertados pelo SUS.

Posteriormente foi realizada uma roda de conversa interativa mediada pelos acadêmicos, utilizando linguagem acessível e abordagem participativa, com o objetivo de estimular o compartilhamento de experiências, percepções e dúvidas relacionadas ao acesso aos serviços de saúde. Essa atividade permitiu identificar as principais dificuldades enfrentadas pela população no uso da rede pública e direcionar adequadamente a intervenção educativa subsequente.

Na sequência foi realizada uma palestra educativa dialogada abordando os princípios do SUS, os níveis de atenção à saúde, os serviços presenciais e online disponibilizados pela rede pública e as formas corretas de acesso aos serviços ofertados. Durante a atividade foram utilizados cartazes ilustrativos educativos como recurso didático de apoio, favorecendo maior compreensão e fixação do conteúdo apresentado.

Durante a palestra foi aplicada uma dinâmica educativa interativa com os participantes, com o objetivo de estimular a participação ativa, facilitar a assimilação das informações e promover a troca de conhecimentos entre os envolvidos.

Posteriormente foi realizada a distribuição de cartilhas educativas contendo orientações sobre os serviços disponíveis na atenção básica, fluxos de atendimento no SUS e direitos dos usuários, possibilitando a continuidade do aprendizado após a realização da atividade.

Ao final da intervenção foi aplicado um pós-questionário avaliativo com a finalidade de analisar o nível de compreensão dos participantes após a atividade educativa, permitindo verificar a efetividade da ação extensionista no processo de ampliação do conhecimento sobre o funcionamento do SUS. Além disso, foi oferecido um café da manhã educativo como estratégia de aproximação e fortalecimento do vínculo com a comunidade, favorecendo um ambiente acolhedor e participativo para a conclusão das atividades.

Por fim, foi realizado o encerramento da atividade com agradecimento aos participantes e parceiros envolvidos, incluindo a ESF, os Agentes Comunitários de Saúde, o setor alimentício responsável pelo apoio ao café da manhã e a loja de impressão parceira, reforçando a importância da educação em saúde como instrumento de

promoção da cidadania e fortalecimento do acesso consciente aos serviços ofertados pelo SUS.

O público-alvo foi composto por moradores da comunidade, especialmente jovens e adultos, que utilizam ou podem vir a utilizar os serviços oferecidos pelo SUS.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo e concordaram em participar de forma voluntária, cientes de que poderiam retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem prejuízo. Os dados coletados foram exclusivamente de caráter não sensível, relacionados à compreensão dos temas abordados, assegurando-se o anonimato, a confidencialidade das informações e o uso exclusivo para fins acadêmicos. Além disso, este trabalho foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da UNIGRANRIO-AFYA sob o número de CAAE: 64920823.5.0000.5283

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção extensionista contou com a participação de 25 pessoas da comunidade, sendo 20 adultos e 5 crianças, todos moradores da área adscrita da UBS Pilar 1.

Durante a aplicação do pré-questionário, observou-se que 90% dos participantes apresentavam conhecimento limitado acerca do funcionamento do SUS, especialmente em relação aos direitos dos usuários, às formas de acesso aos serviços da Atenção Primária à Saúde e à função da UBS dentro da rede de atenção.

Muitos participantes relataram desconhecimento sobre serviços preventivos ofertados gratuitamente, como vacinação, acompanhamento de doenças crônicas, pré-natal, planejamento familiar e ações educativas em saúde. Além dos dados quantitativos, os relatos obtidos durante a roda de conversa evidenciaram dificuldades relacionadas à compreensão dos fluxos de encaminhamento, à marcação de consultas e exames e ao reconhecimento da UBS como principal porta de entrada do sistema público de saúde.

Alguns participantes demonstraram percepção limitada acerca do caráter universal do SUS, associando determinados serviços exclusivamente a situações de urgência e emergência. Também foram identificadas falas relacionadas à desinformação

sobre direitos básicos dos usuários, como acesso gratuito à medicamentos, acompanhamento multiprofissional e participação social nas políticas públicas de saúde.

Após a realização da intervenção educativa, composta por palestra dialogada, dinâmica interativa e distribuição de cartilhas informativas, observou-se maior participação dos indivíduos nas discussões e ampliação do entendimento sobre os serviços ofertados pelo SUS.

O pós-questionário evidenciou melhora significativa no nível de conhecimento dos participantes acerca dos serviços ofertados pelo SUS. Além disso, passaram a reconhecer com maior clareza a importância da Atenção Primária à Saúde e da utilização adequada dos serviços disponíveis na ESF.

Os resultados encontrados corroboram estudos da literatura que apontam a educação em saúde como estratégia fundamental para fortalecimento da cidadania e ampliação do acesso consciente aos serviços públicos de saúde. Segundo Paim et al. (2011), apesar dos avanços promovidos pelo SUS desde sua criação, ainda persistem dificuldades relacionadas à disseminação de informações sobre direitos em saúde e funcionamento da rede assistencial, principalmente em populações socialmente vulneráveis (Paim et al., 2011).

De maneira semelhante, Santos et al. (2017) destacam que o desconhecimento da população acerca da organização do sistema de saúde pode contribuir para a utilização inadequada dos serviços e para o enfraquecimento da participação social nas políticas públicas (Santos et al., 2017). Além disso, a literatura demonstra que ações educativas realizadas no contexto da Atenção Primária à Saúde favorecem o fortalecimento do vínculo entre profissionais, estudantes e comunidade, promovendo maior autonomia dos usuários no cuidado com a própria saúde.

Nesse sentido, Cruz et al. (2025) afirmam que estratégias participativas, como rodas de conversa e atividades comunitárias, contribuem significativamente para a democratização das políticas de saúde e para a consolidação da participação social no SUS (Cruz et al., 2025).

A experiência também apresentou importante relevância para a formação acadêmica dos estudantes de medicina envolvidos no projeto, uma vez que possibilitou contato direto com a realidade social da comunidade e desenvolvimento de habilidades

relacionadas à comunicação, escuta qualificada, trabalho em equipe e humanização do cuidado. A vivência extensionista permitiu compreender, na prática, a importância das ações educativas como instrumento de fortalecimento do SUS e promoção da equidade em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou a importância das ações extensionistas como ferramenta de promoção da educação em saúde e fortalecimento da cidadania. A atividade possibilitou ampliar o conhecimento da população acerca dos direitos garantidos pelo SUS, contribuindo para o uso mais consciente e adequado dos serviços oferecidos pela rede pública.

Além disso, a experiência permitiu aos acadêmicos desenvolver habilidades relacionadas à comunicação, escuta qualificada, trabalho em equipe e atuação comunitária, fortalecendo a formação humanizada no contexto da Atenção Primária à Saúde.

Os resultados observados evidenciam que intervenções educativas simples, realizadas de forma acessível e participativa, podem gerar impactos positivos na relação da população com os serviços de saúde. Dessa forma, conclui-se que iniciativas voltadas para a disseminação de informações sobre o SUS são fundamentais para fortalecer a participação social, ampliar o acesso aos serviços e promover maior autonomia da população no cuidado com a própria saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS). **Estratégias para promover o uso de ferramentas para disseminar informações de monitoramento e avaliação**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. Participação comunitária na Estratégia Saúde da Família: aspectos históricos, teóricos e metodológicos de sua implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 12, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320253012.09462025. Acesso em: 17 out. 2026.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. 40 p. Disponível em: https://www.proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012. Acesso em: 17 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 17 out. 2026.

PAIM, Jairnilson Silva et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, Londres, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/3028/1/Per%20int%202011.12.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

SANTOS, Lenir et al. Participação social e os desafios do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1819-1828, 2017.